



SAMIONU
Simulação Samiar das Nações Unidas

Guia de Estudos
BANDUNG



Conferência de Bandung:

A luta anti-imperialista
e a formação do
terceiro-mundismo

Sumário

Carta aos Delegados.....	6
Caros Delegados,.....	6
Introdução	7
1. A Conferência de Bandung	7
1.1 Dinâmica do comitê	8
2. Contextualização histórica	9
1.1.Neocolonialismo e as ferramentas de dominação.....	9
1.2.Descolonização	11
1.3.Questão caxemira e a Primeira Guerra Indo-Paquistanesa	12
2.4. A Primeira Guerra da Indochina e a separação do Vietnã.....	13
3. O Terceiro Mundo na Guerra Fria	14
4. Discussões da Conferência	15
4.1 Comitê Cultural	16
1.1.3.Sobrevivência Cultural	19
4.2 Comitê econômico	20
1.1.2.Independência econômica.....	20
1.1.3. Segurança Alimentar	22
Segunda meta do desenvolvimento sustentável:	22
1.1.4. Infraestrutura.....	23
1.1.5.Cooperação Sul-Sul	24
4.3 Comitê Político.....	26

4.3.2 Anti-imperialismo	26
5. Conclusão da Conferência.....	27
1.1.Os 10 pontos de Bandung	27
1.2.Tratados importantes	27
6. Os resultados da Conferência e o espírito de Bandung	28
6.1 O espírito de Bandung em organizações da sociedade civil.....	29
6.2 O espírito de Bandung nas cooperações entre Estados soberanos.....	30
7. Posicionamentos dos países dentro da Conferência de.....	33
1.1.Países Organizadores	33
Birmânia	33
Ceilão	34
Índia	34
Indonésia.....	34
Paquistão	35
7.2. Países Convidados	35
Afeganistão	35
Arábia Saudita.....	35
Camboja.....	36
China (República Popular)	36
Costa do Ouro (Gana).....	36
Egito	37
Etiópia	37
Federação da Rodésia e Niassalândia ou Federação Centro-Africana.....	37
Filipinas	37

Iêmen	38
Irã 38	
Iraque	38
Japão	38
Jordânia	39
Laos	39
Líbano	39
Libéria	40
Líbia	40
Nepal	40
Síria	40
Sudão	41
Tailândia	41
Turquia	41
Vietnã do Sul	41
Vietnã do Norte	42
8. Sugestões de leitura	43
9. Referências	43

Carta aos Delegados

Caros Delegados,

É com grande satisfação que os recebemos na Conferência de Bandung do SAMIONU 2018. Ao trazer a Conferência de 1955 para o presente, buscamos apresentar-lhes os países subdesenvolvidos como protagonistas na resolução de suas próprias dificuldades, usufruindo de sua recém-conquistada independência política. A história do Terceiro Mundo é marcada pela opressão e pela falta de voz e soberania, e as cicatrizes desse período ainda são latentes na realidade desses países.

Nesse sentido, a Conferência de Bandung é, segundo o escritor Richard Wright, a reunião dos “desprezados, dos insultados, dos feridos, dos desapossados¹”. Países como Indonésia, Paquistão, Egito e Vietnã são alguns dos que haviam conquistado há pouco sua independência e que, pela primeira vez, tornavam-se líderes de seu próprio destino.

Desejamos que os senhores desenvolvam, ao longo dos dois dias de debate, uma nova visão acerca do Terceiro Mundo, percebendo suas peculiaridades, seu lugar na política internacional, bem como a importância da Conferência de Bandung na união entre os povos africanos e asiáticos e nas suas lutas por independência.

Esperamos que este guia possa ajudá-lo a expandir seus conhecimentos sobre o tema e orientá-lo nas pesquisas futuras. Havendo qualquer dúvida, não hesite em contatar a mesa, pois estaremos à sua disposição. Sejam bem-vindos à Conferência de Bandung. Desejamos-lhes uma inesquecível simulação!

Atenciosamente,

Sofia Chiurciu
sofia.chiurciu@gmail.com

Miguel Garcia
mignasgar@gmail.com

Gabriela Michelazzo
gabimichelazzo.1001@gmail.com

E-mail da mesa: samionu2018@gmail.com

1. Wright, R. “The Color Curtain: a report on the Bandung Conference”. In: *Black Power: Three Books from Exile: Black Power; The Color Curtain; and White Man, Listen* Nova York. Harper Collins Publishers. 2008. p. 438. Tradução livre.

Introdução

Este guia tem como principal função orientá-lo sobre conceitos e cenários presentes na Conferência, servindo como base para pesquisas aprofundadas. Ou seja, o guia não deve ser usado como um documento para embasar os discursos, mas sim como base para pesquisas mais aprofundadas, pois essas, sim, servirão de base para seus discursos. As pesquisas por conta própria são essenciais para o melhor fluxo do debate e para o entendimento da política externa do seu país. Portanto, o guia e a pesquisa funcionam de forma complementar, construindo o repertório inicial necessário para uma boa participação no PoliONU.

Uma informação importante é que existem links e sugestões de leitura na seção de referências deste guia, que podem ser úteis para sua pesquisa. Além disso, é importante lembrar que a Conferência de Bandung é um comitê histórico, ambientado em 1955 e, dessa forma, mesmo que existam informações valiosas após esse período e que estas sejam úteis na pesquisa, como o são as inseridas neste guia, nos dias de debate, **todas as informações após o dia 18 de abril de 1955 não deverão ser utilizadas em discursos**, de forma a evitar anacronismos históricos.

Uma observação importante em relação a este guia é que os termos “países do Sul”, “países periféricos” e “Terceiro Mundo²” referem-se aos países da África, Ásia e América Latina, ainda que esta última não tenha participado da Conferência. Além disso, o título Conferência de Bandung se refere ao mesmo evento a que se referem os termos Conferência Ásia-África e Conferência Afro-asiática.

1. A Conferência de Bandung

A Conferência de Bandung foi uma reunião entre 29 países da África e Ásia, sediada em Bandung, Indonésia. A Conferência foi idealizada por cinco países, Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão durante a Conferência de

²É importante ressaltar que após o colapso da União Soviética (URSS), em 1991, a divisão do mundo em três partes perdeu sua razão de ser, uma vez que o mundo socialista parou de existir (com raras exceções, como Cuba, nas quais o socialismo continuou vigente, mas em proporções muito menores do que na URSS). Hoje, o termo “Terceiro Mundo” caiu em desuso e foi substituído por “países em desenvolvimento”. Atualmente, “Terceiro Mundo” pode também adotar conotação pejorativa, como forma de depreciar os países do Sul.

Colombo, em 1954, na qual ficou decidido que outros 24 países seriam convidados para

participar da primeira Conferência Afro-asiática, composta exclusivamente por países desses dois continentes e realizada no Terceiro Mundo.

1.1 Dinâmica do comitê

Para adaptar a Conferência de Bandung para o SAMIONU, usaremos o guia de regras como base para os procedimentos do comitê, apesar da Conferência não fazer parte da ONU. Sendo este um comitê histórico, deve-se usar durante os debates **somente informações disponíveis até 18 de abril de 1955**, data de abertura da Conferência. Embora não houvesse na época várias das tecnologias disponíveis atualmente, iremos ignorar esse fato no ambiente de simulação; por isso, os delegados **poderão** utilizar computadores, *tablets*, celulares e outros aparelhos eletrônicos durante os dias de debate. A mesa encoraja o uso desses aparelhos, principalmente para a produção dos documentos – como o documento de trabalho e a proposta de resolução –, pois isso tornará o debate mais fluido e auxiliará a logística do evento. Portanto, o conteúdo das discussões deverá ser histórico, ou seja, deve ocorrer de acordo com a realidade de 1955, mas o ambiente contará com as tecnologias modernas para tornar o debate mais eficaz.

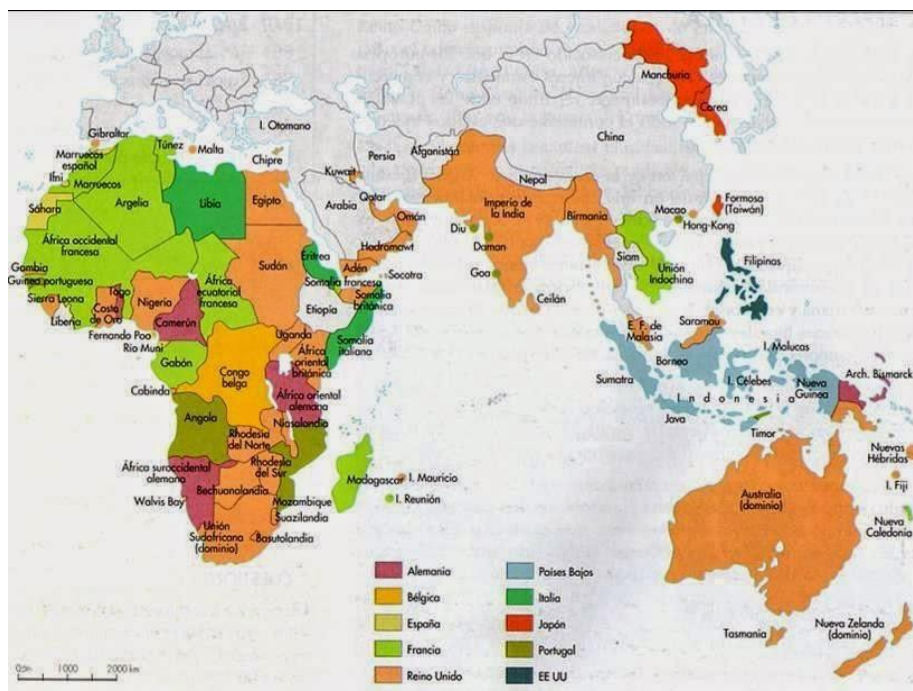
A mesa apoia, ainda, os acordos bilaterais e multilaterais, comuns na época e no contexto da Conferência, uma vez que eventos desse tipo são oportunidades importantes para firmar acordos e parcerias. Os acordos deverão assumir a forma de declaração conjunta, ou seja, um documento que expressa uma visão compartilhada por dois ou mais países. Para que eles sejam levados em consideração no debate, eles deverão ser enviados à mesa no formato de um documento de trabalho, a qual os submeterá a uma avaliação quanto à sua relevância; se aprovado, o acordo passará a integrar o ambiente de debate e será considerado como um documento da Conferência, anexado à proposta de resolução, ainda que não tenha feito parte desta.

Gostaríamos também de salientar que a Conferência de Bandung não foi um ambiente de embate entre os participantes e sim um momento para firmar acordos e uniões com o intuito de promover o desenvolvimento mútuo da Ásia e da África. Dessa forma, esperamos que isso se repita nos dias de debate e que os senhores delegados sejam capazes de

superar as diferenças entre seus países, criando assim o clima de cooperação compatível com a Conferência.

2. Contextualização histórica

2.1. Neocolonialismo e as ferramentas de dominação



Divisão da África e Ásia durante o período neocolonial, de acordo com seus países colonizadores. EE UU refere-se aos EUA (Estados Unidos da América).

O colonialismo pode ser definido de maneira geral como “a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos colonizadores, colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio [...]. No uso corrente, colonialismo significa a dominação institucionalizada de um Estado sobre povos pertencentes a civilizações diversas e longínquas”³. Com essa definição em mente, pode-se compreender

3. GENTILI, A.M. “Colonialismo”. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário Político*. Brasília. Universidade de Brasília. 1983. p. 190-195.

o que ocorreu na África e Ásia, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, como um processo colonialista, posto em prática pelas potências industriais europeias.

O neocolonialismo, portanto, recebeu essa denominação por mostrar-se como uma segunda onda colonial, que apesar de seguir metodologias parecidas, tinha motivações e objetivos diferentes da colonização infringida às Américas no século XVI.

Essa prática buscou evitar a crise do mercado europeu, que se mostrava cada vez mais próxima nos anos seguintes à Segunda Revolução Industrial, visto que esta acelerou a produção de forma acentuada, sem que houvesse um grande crescimento do mercado consumidor, que ficou saturado em pouco tempo.

Com isso, a África e a Ásia foram utilizadas pela Europa, principalmente pela França e pela Grã-Bretanha, como fornecedoras de matérias-primas como carvão, ferro, alimentos e *commodities* – produtos primários de grande participação no comércio internacional, como café, soja e minérios – e como fontes de mão de obra de baixo custo e de um amplo mercado consumidor, ainda não saturado e em rápida expansão, devido às condições rurais dos países colonizados. Em contrapartida, os colonizadores lhes forneciam produtos manufaturados e com emprego de tecnologia, juntamente com a ideia europeia de “civilidade”, difundida ideologicamente como a única forma de desenvolvimento, por meio de teorias de superioridade racial.

A relação metrópole-colônia foi estabelecida de forma majoritariamente violenta e sempre de maneira a privilegiar os colonizadores, tornando-se assim uma das principais ferramentas de dominação colonial. O processo se dava por meio de um “acordo”, conhecido como Pacto Colonial, utilizado desde o século XVI, no qual ficava definida a exclusividade unilateral de comércio, obrigando o país dominado a se relacionar comercialmente apenas com o seu colonizador, enquanto este poderia realizar transações com o país que oferecesse as melhores propostas. Esse pacto impedia o desenvolvimento econômico da colônia, pois criava monopólios e, conseqüentemente, uma alta dos preços de produtos oferecidos aos colonos, obrigando-os constantemente a contrair dívidas e empréstimos.

1.2.Descolonização

Os processos de descolonização iniciaram-se com o fim da Primeira Guerra Mundial, e estenderam-se até a segunda metade do século XX. O movimento obteve apoio e estruturou sua base ideológica, principalmente após a Revolução Russa de 1917, pois a partir desta foi definido pelos líderes comunistas nas reuniões do Komintern (congressos periódicos entre os representantes dos partidos comunistas internacionais) o repúdio ao neocolonialismo e o apoio aos movimentos de independência das colônias. Além disso, as ideias propostas pelas correntes pan-nacionalistas, africanas e asiáticas atuaram em conjunto na luta pela libertação das colônias.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, teve fim também a era dos impérios coloniais, pois apesar da vitória de países como Inglaterra e França, estes viram-se extremamente prejudicados econômica e politicamente pelas consequências da guerra. As colônias viram então o enfraquecimento do domínio metropolitano e iniciaram diferentes processos de independência.

Esses processos podem ser divididos entre: descolonizações pacíficas, que não passaram por grandes guerras e revoluções, e as descolonizações violentas, com conflitos armados e uso de força militar. A primeira possui como exemplo clássico a independência indiana, que, com a liderança de Mahatma Gandhi e seu movimento de não cooperação pacífica, obteve um acordo de liberdade sem conflitos expressivos com a Grã-Bretanha, a qual se utilizou da divisão do subcontinente indiano, em Índia, Paquistão e Birmânia, como forma de separar os interesses conflitantes de muçulmanos e hindus, evitando a ocorrência de guerras civis e conflitos.

A segunda corrente tem o processo de libertação indonésio como um de seus principais representantes. A luta dos indonésios por independência se iniciou com a dominação japonesa do território, em 1942, e culminou em diversos conflitos com sua primeira metrópole, a Holanda, incluindo uma guerra de guerrilha que envolveu mais de 140 mil soldados holandeses, uma série de intervenções da ONU contra a solicitação holandesa de retomada de sua colônia e, por fim, o apoio soviético nos Acordos de Haia, em 1949, que definiram a igualdade de direitos entre a Indonésia e a Holanda e, posteriormente, possibilitaram a independência total do país.

1.3. Questão caxemira e a Primeira Guerra Indo-Paquistanesa



Mapa da Região da Caxemira, apresentando a “Linha de Controle”, e a divisão territorial entre China, Índia e Paquistão.

A Caxemira é uma região fronteira entre Índia, Paquistão e China e é palco de conflitos que ocorrem desde a primeira metade do século XX, a partir da independência do subcontinente indiano, em 1947.

A área era inicialmente dividida em seis sub-regiões, que foram redistribuídas a partir da década de 40, sendo a maior parte anexada à recém-formada Índia, e o restante distribuído entre Paquistão e China, restando a essa última uma área consideravelmente menor.

Juntamente à divisão da Caxemira, surgiu na região, e em todo subcontinente, um grande fluxo migratório que movimentou milhões de pessoas, principalmente entre grupos que habitavam áreas nas quais representavam uma minoria religiosa, como os muçulmanos que migraram da Índia, de maioria hindu, para o Paquistão, predominantemente muçulmano. Enquanto isso, na contramão, seguiam grupos hindus e siques (professantes do siquismo, religião que sincretiza aspectos hindus e islâmicos), temendo serem anexados a um país de maioria muçulmana. Com a forte migração, gerou-se uma onda de violência, que antes mesmo do conflito direto, matou mais de um milhão de pessoas.

A Primeira Guerra Indo-Paquistanesa teve como motivo inicial a instabilidade política da região caxemira, que desejava tornar-se um estado independente após o fim do domínio inglês sobre seus territórios. Essa busca por independência foi aproveitada pelo Paquistão, que infiltrou seus soldados e armou um levante contra o marajá Hari Singh. Nesse contexto,

o governante viu-se encurralado a pedir ajuda indiana, como forma de manter seu poder, e assinou um acordo no qual a Índia passou a possuir livre acesso econômico à província.

O conflito se manteve até 1949, quando as Nações Unidas intervieram, por pedido indiano, assinando um cessar-fogo que definiu a “Linha de Controle”, encerrando por alguns anos o confronto entre os países. Posteriormente, outras guerras e levantes tiveram como palco a Caxemira, que mantém seu clima de instabilidade até os dias atuais.

2.4. A Primeira Guerra da Indochina e a separação do Vietnã

A Indochina foi uma colônia francesa, compreendida entre os atuais países de Laos, Camboja e Vietnã. A região passou por um violento processo de independência pós-Segunda Guerra Mundial, pois durante o conflito foi invadida na porção Norte por chineses, enquanto o Sul era dominado por ingleses, acarretando problemas tanto para os colonos, quanto para seus colonizadores.

A França, frente a essa situação, agiu de maneira catastrófica, principalmente após a declaração de independência do Vietnã, em setembro de 1945, reconhecendo-o, sem permissão, como parte da Federação Indochinesa e da União Francesa. Apesar da promessa de retirar suas tropas do país, passou a agir de maneira arbitrária, violando diversos acordos prévios e bombardeando a cidade de Haiphong, no Vietnã. Tal atitude teve como resposta o ataque de vietnamitas a bairros europeus, que condenou o governo local à clandestinidade e iniciou a Guerra da Indochina, que perdurou até 1954.

A guerra, nos anos seguintes, tomou um caráter nacional e socialista, mobilizando forças populares, principalmente após a ascensão de Mao-Tsé-Tung, na China, inserindo-se no contexto da Guerra Fria como mais um entrave entre capitalismo e comunismo.

A partir de 1946, o governo francês passou a lutar para manter seu protetorado por meio de “falsas” independências, concedidas a Laos e ao Camboja, que se tornaram “países associados”, reinserindo no poder governos favoráveis à dominação europeia. Estes foram imediatamente desafiados pela Frente de Libertação Nacionalista, reconhecida pelos países comunistas como a verdadeira República Democrática do Vietnã, posteriormente denominada “Vietnã do Norte”.

A França participa da guerra até o seu desfecho, quando, após uma série de negociações falhas e ataques violentos, o acordo de Genebra foi assinado pelo governo

francês e por representantes de todos os novos estados da antiga Indochina, Laos, Camboja e Vietnã. No acordo, foi definido um cessar-fogo no Paralelo 17, que dividiu o Vietnã em dois, Norte e Sul, além de um acordo de que as tropas comunistas se retirassem dentro de 300 dias da área Sul do Vietnã e dos outros dois países, valendo o mesmo para os exércitos capitalistas em relação à porção Norte do país.

Nesse tratado, entretanto, ficou explícito que a divisão pelo paralelo não configurava uma fronteira política oficial, dando margem assim a uma fácil união entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul.

Com isso, iniciou-se oficialmente, em 1959, a Guerra do Vietnã, que perdurou até 1975 e foi caracterizada pela profunda intervenção americana, sendo uma das mais importantes expressões dos conflitos da Guerra Fria. Uma luta entre o norte comunista e o sul capitalista foi travada, ambos com o objetivo de unificar o país sob sua própria ideologia, o que acentuou a instabilidade dos países em guerra, e da região como um todo, que desde o início foi tomada por conflitos e divisões artificiais, que colocaram sob um mesmo governo diferentes grupos políticos e etnias.

3. O Terceiro Mundo na Guerra Fria

O Terceiro Mundo, como seu próprio nome indica, foi uma terceira corrente durante a dicotomia da Guerra Fria. Formada por países capitalistas de baixo desenvolvimento e colônias ainda em processo de independência, essa parte do mundo não se encaixava entre os ricos capitalistas do primeiro mundo nem entre os socialistas em expansão do segundo.

Entretanto, os países do Terceiro Mundo não ficaram livres dos conflitos e das consequências geradas pela oposição entre sistemas, sendo constantemente utilizados como peças em guerras de influência que muitas vezes levavam à divisão dos países ou em graves combates civis, como a guerra do Vietnã, a Revolução Egípcia de 52 e a Guerra Civil Laosiana. Esse uso de intermediários nos conflitos americanos e soviéticos definiu o caráter geral da Guerra Fria, marcada pela falta de enfrentamento direto entre essas duas potências, de forma a evitar a iminente guerra nuclear e, como se acreditava na época, a “Guerra Final”, que rondou o planeta durante as décadas de tensão.

O início da guerra coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, que definiu o fim dos impérios Britânico, Francês, Alemão e Japonês, países protagonistas que foram duramente afetados pelo conflito. Com isso, o Terceiro Mundo viu a insurgência das lutas por independência em seus territórios, enxergando no enfraquecimento colonial uma oportunidade de adquirir sua liberdade. Nesse contexto, a Guerra Fria mostrou-se positiva, principalmente em sua primeira década, para os estados subdesenvolvidos em formação, possibilitando que entre 1946 e 1960, trinta e sete países fossem declarados independentes.

Além disso, o rápido desenvolvimento industrial proporcionado pela corrida armamentista entre a URSS e os EUA refletiu nesses países econômica e militarmente. Como ocorreu na Índia e Paquistão, por exemplo, que durante esse período, desenvolveram armas biológicas e nucleares em uma espécie de competição particular, que foi possibilitada pelo desenvolvimento de tecnologia militar durante a Guerra Fria.

No campo econômico, o Terceiro Mundo iniciou seu crescimento como países independentes, de forma lenta e, muitas vezes, mantendo seu caráter exportador, como nos tempos de colônia. Durante as décadas de guerra posteriores à Conferência, muitas mudanças econômicas ocorreram nessas regiões, principalmente em relação à industrialização e à formação de mercado consumidor interno, sempre sob a influência dos conflitos entre capitalismo e comunismo e da crescente globalização.

4. Discussões da Conferência

Ao longo dos seis dias de Conferência, as discussões entre as delegações presentes ocorreram, paralelamente, em três comitês: político, econômico e cultural. Cada um deles debateu temas específicos que juntos compuseram a agenda da Conferência. Para melhor organização, abordaremos aqui cada um dos comitês individualmente, inserindo os temas em seus respectivos comitês. Durante os dias de debate, porém, esta divisão não ocorrerá e os temas deverão ser debatidos como um todo, ignorando a separação entre os três temas macro.

4.1 Comitê Cultural

1.1.1. Pan - nacionalismos e a construção de identidades nacionais

O nacionalismo pode ser definido, em linhas gerais, como “a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições”⁴; com isso, é possível compreender o significado dos movimentos pan-nacionalistas, que buscavam unificar sob um só Estado populações de identidades nacionais similares de uma mesma região geográfica, anteriormente formada por diversos países independentes.

Essas correntes pan-nacionalistas tiveram força principalmente em regiões historicamente oprimidas, como a África e o Oriente Médio, nas quais a união foi necessária como forma de fortalecer um ideal libertário contra as metrópoles, fragilizado por décadas de desumanização e aculturação desses povos.

O Pan-nacionalismo africano foi oficializado durante a primeira “**Conferência dos Povos de Cor**”, de 1900, em Londres. Entretanto, este já vinha sendo teorizado há algumas décadas, inicialmente como manifestações de solidariedade advindas de comunidades negras do Caribe e dos Estados Unidos em prol do fim da escravidão e da dominação colonial sob a África. A Conferência foi organizada por Henry Silvester Williams, advogado negro de Trinidad e Tobago, ainda uma colônia britânica na época, que trabalhava em Londres, onde defendia questões agrárias que favoreciam as populações da África colonial. Outro importante fundador do movimento foi o autor e sociólogo afro-americano William Edward Burghardt Dubois, contemporâneo de Williams, que trabalhou com uma corrente que buscava não a união política dos países africanos e sim o apoio mútuo entre as populações afrodescendentes de todo planeta, com o objetivo de promover a união e o desenvolvimento igualitário de seu povo, em relação aos brancos, por meio da educação e da conscientização racial. A teoria de Dubois ficou conhecida, por esse motivo, como pan-africanismo educacional.

Outras propostas que visavam a união dos povos afrodescendentes do mundo sob um viés libertador também existiram de forma expressiva, apresentando diferentes modelos de

⁴ LEVI, L. “Nacionalismo”. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário Político*. Brasília: Universidade de Brasília. 1983. p. 799-815.

união que se baseavam ora na economia, ora na educação e, até mesmo, na religião; entretanto, a ideia geral de Dubois pode ser aplicada a todos, mudando-se apenas a ferramenta de inclusão.

A partir da década de 1940, outra corrente do pan-nacionalismo teve início, com o ideal de efetivamente libertar e unir os países africanos, cultural e politicamente. Somente com a quinta Conferência dos Povos de Cor, primeira a receber líderes africanos com expressividade, que o movimento passou a se manifestar de forma relevante contra o imperialismo e o colonialismo europeu. Nesse congresso, foram definidos objetivos importantes para a libertação da África, demandando a independência de todos os países do continente, a revogação de leis raciais e a criação de uma união econômica da África Ocidental.

A partir desta união, conferências e tratados de independência foram formados e fortalecidos, o que culminou, em 1958, na “Primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes”, em Gana, que definiu as bases para a Organização da Unidade Africana. Os movimentos pan-nacionalistas africanos foram necessários e são, até hoje, de grande relevância no continente, sendo retomados por diversos líderes e pensadores em diferentes momentos, devido à situação precária que perdura na região.

Outro movimento pan-nacionalista vinculado à Conferência de Bandung foi o chamado “pan-arabismo”. O movimento surgiu durante a primeira década do século XX, com o declínio do Império Turco-Otomano. Nesse período, foi desenvolvida uma corrente exclusivamente turca, liderada pelos “Jovens Turcos”, que posteriormente tomariam o controle do antigo império, em 1922. Apesar das raízes restritas, já mostrava seu caráter principal, a luta anti-imperialista e o ideal de uma unidade nacional.

Com a Primeira Guerra Mundial, a França e a Inglaterra voltaram-se para as nações árabes em busca de aliados contra o eixo turco-alemão, incentivando o fortalecimento de líderes árabes e de sua causa nacionalista de forma a enfraquecer os turcos. Utilizando-se de promessas de independência aos territórios árabes no pós-guerra, as potências europeias conseguiram inflamar o sentimento pan-arabista na região.

A partir desse pensamento, a população da Península Arábica fundou, em 1918, o independente **Reino Árabe de Damasco**, que englobava os territórios atuais da Síria, Líbano, Palestina e Iraque. Entretanto, essa conquista nacionalista durou pouco, sendo logo frustrada em 1919 por uma intervenção militar francesa. No fim da guerra, a região foi novamente dividida entre os países vitoriosos, França e Inglaterra, que dividiram o Império

Otomano em Mandatos, e o resto da área em zonas de influência. Com isso, o nacionalismo árabe passou por momentos difíceis de declínio até a Segunda Guerra Mundial.

A **Liga Árabe**, formada em 1945, trouxe uma nova esperança para o pan-arabismo, pelo seu objetivo político de representar e dar voz à nação árabe. Contudo, apesar de diversas tentativas de união política entre os países da região, como a República Árabe Unida (1958) e os Emirados Árabes Unidos (1971), tal união nunca foi efetivamente conquistada.

Em seu auge, o movimento teve como principal representante o líder egípcio e futuro presidente, **Gamal Abdel Nasser**, que, nas décadas de 50 e 60, além de participar da Conferência de Bandung e ser um dos fundadores do movimento Não-Alinhado, foi o maior defensor da unidade árabe, trabalhando em todo seu governo para o desenvolvimento do Egito e para a defesa da cultura árabe contra o imperialismo e a intervenção externa. Com sua morte em 1970, o pan-arabismo sofreu com uma nova desarticulação e só se fortaleceu novamente muitas décadas depois, com a Primavera Árabe, em 2013.

1.1.2.O *apartheid* e a Segregação Racial

O *apartheid*, do africâner “separação”, foi um regime segregacionista implantado na África do Sul entre 1948 e 1994, sendo este o único país do mundo a possuir em sua Constituição leis que legitimavam o racismo e o desenvolvimento desigual entre as raças. Era, sobretudo, um sistema político no qual uma aristocracia branca apoderava-se dos direitos civis, sociais e políticos da maioria negra, levando estes últimos a uma marginalização total e estratificando a sociedade sul-africana com base em etnias, impossibilitando assim a ascensão social e a aquisição de direitos.

Esse regime dividia todo o país em áreas para brancos e áreas, normalmente negligenciadas pelo Estado, para negros. Um exemplo são os bantustões, territórios de exclusiva ocupação negra delimitados pelo governo sul-africano, de economia frágil e com pouco desenvolvimento em setores como saúde, educação e saneamento básico. Não somente áreas de moradia, como também parques, praias, escolas e hospitais foram segregados com base em etnia, restando sempre aos negros as menores e mais inóspitas localidades. Qualquer relação inter-racial foi completamente proibida durante esse período, exceto a contratação de negros como mão de obra, entretanto havia uma série de regras relacionadas à natureza desses empregos, como expressa pelo seguinte excerto: “A pessoa

branca que viva numa cidade e empregue um africano para realizar trabalhos de carpintaria, construção, instalação elétrica ou outros especializados e, logo, reservados para membros da raça branca, deve ter permissão especial concedida pelo Ministério do Trabalho. O empregador que não obteve essa permissão comete delito reprimido com multa de até 200 rands ou prisão de um ano, ou ambas as coisas”⁵.

A principal forma de controle utilizada foi a supressão de direitos políticos e de organização social da população negra, o que coibiu qualquer tipo de associação, partido ou grupo que debatesse a condição do grupo no país. Além disso, controlava também o direito de ir e vir dessa população por meio de passes que determinavam as áreas de trânsito de cada etnia, dificultando fortemente qualquer manifestação e resistência ao regime do *apartheid*. Ao mesmo tempo que teve sua política segregacionista intensamente debatida pelos delegados da Conferência de Bandung, a África do Sul não foi convidada a participar. Essa postura foi adotada como forma dos países organizadores da Conferência repudiarem a situação imposta aos negros sul-africanos pelo governo do país.

1.1.3.Sobrevivência Cultural

Os países africanos e asiáticos participantes da Conferência de Bandung buscavam se auto afirmar como países independentes econômica, política e culturalmente. Dessa maneira, a ideia de sobrevivência cultural era essencial nesse contexto. Devido a séculos de exploração e aculturação sob influência europeia a população desses países perdeu parte de suas bases culturais que foram muitas vezes marginalizadas e até mesmo proibidas em seus próprios territórios por leis coloniais segregacionistas.

Movimentos como os já citados pan-nacionalismos trouxeram de volta parte do orgulho e da liberdade de expressão das culturas locais, que haviam sido suprimidos pelo domínio colonial. Teorias europeias de superioridade racial ajudaram no processo de aculturação africana e asiática que resultaram na necessidade da luta pela sobrevivência cultural nesses países, ideias como o **darwinismo social** e o **positivismo durkheimiano** foram ferramentas de dominação importantes para a época. Por meio dessas teorias foi

5. Pereira, F.J. *Apartheid: O horror branco na África do Sul*. Brasil, Editora Brasiliense, 1989. P 58.

incutida na sociedade a ideia de um desenvolvimento linear no qual a Europa e sua sociedade capitalista urbana era o ápice, enquanto tribos africanas eram representadas como primitivas e deveriam, portanto, ser moldadas conforme a doutrina correta.

4.2 Comitê econômico

1.1.1.A influência do colonialismo na economia dos países periféricos

O colonialismo agiu sobre a África e a Ásia sob a forma do neocolonialismo ou imperialismo, que foi como ficou conhecido o período no qual as potências industriais, majoritariamente europeias, passaram a dominar politicamente territórios da África e da Ásia. Esse processo aconteceu entre os séculos XIX e XX e começou a perder forças após a Segunda Guerra Mundial.

Durante essas décadas, a economia das colônias se tornou dependente das metrópoles uma vez que toda a produção das colônias foi reorganizada para a exportação de matéria-prima. Isso teve como consequência a diminuição da oferta de produtos básicos, alimentos e roupas, por exemplo. Essa demanda foi suprida por produtos europeus e, ao longo dos anos, essa dinâmica se consolidou, tornando as economias africana e asiática completamente dependentes da Europa.

1.1.2.Independência econômica

O quadro criado pelo neocolonialismo é uma situação de dependência econômica, pois as economias da África e da Ásia passaram a se organizar para atender ao interesse das grandes potências, o que significava exportar matérias-primas, que são produtos com baixo valor agregado e muito suscetíveis à flutuação dos preços no mercado de *commodities*, o que gera instabilidade porque o preço desses produtos pode variar muito rapidamente. Ao mesmo tempo, os produtos industrializados não são produzidos nos países africanos e asiáticos, por falta de tecnologia, infraestrutura produtiva (tópicos que serão abordados mais adiante neste guia) e investimento e, por isso, são importados dos países europeus e

norte-americanos. Logo, a dependência acontece tanto no que diz respeito aos principais produtos de exportação, quanto à obtenção de produtos industrializados.

É correto afirmar que houve, entretanto, um processo de industrialização nos países do Sul, mas é preciso lembrar que a tecnologia utilizada foi quase totalmente produzida pelo Norte. Por isso, mesmo que em alguns países periféricos existam indústrias de base como siderúrgicas, por exemplo, a tecnologia dessas indústrias não pertence ao Sul. A superioridade tecnológica europeia implica uma enorme dificuldade de modernização das indústrias já existentes nos países do Terceiro Mundo, já que mais tecnologia precisaria ser comprada para fazer essa atualização. Portanto, a tímida industrialização que o Sul apresenta não significa necessariamente independência econômica

Além disso, é preciso lembrar que grande parte da industrialização do Sul tem como objetivo exportar materiais necessários para um processo industrial mais elaborado no Norte. Isso significa que se há, no Sul, uma indústria que produz aço, o destino final desse aço será, muito provavelmente, o Norte, onde ele se transformará em matéria-prima para a produção de aviões, por exemplo. Ou seja, mesmo que alguns dos produtos de exportação dos países periféricos possua valor agregado mais alto, em outras palavras, tenha passado por mais processos de beneficiamento, o Norte irá utilizá-lo para produzir um produto final com uma quantidade exponencialmente maior de valor agregado. A industrialização restrita dos países periféricos pode, pois, servir para manter o processo de dominação e dependência econômica; dessa maneira, a industrialização não pode ser automaticamente associada à independência econômica.

Os países periféricos, que sofreram com o colonialismo, estão, assim, em constante desvantagem econômica quando comparados aos países centrais, ainda que possuam, muitas vezes, mais riquezas naturais no território. A garantia da independência econômica é, portanto, um passo fundamental na superação das feridas que o neocolonialismo causou nos países africanos e asiáticos.

Para atingir a independência econômica, é necessário aprimorar alguns pontos especialmente problemáticos nos países periféricos. Alguns destes serão listados a seguir, nos subtópicos deste capítulo do Guia de Estudos.

1.1.3. Segurança Alimentar

Segunda meta do desenvolvimento sustentável:



“Fome zero e agricultura sustentável. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Segunda meta proposta pela Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável.

Um país possuir segurança alimentar significa sua população ter acesso constante a alimentos saudáveis, em quantidade suficiente para se nutrir. O conceito é simples, mas a garantia da segurança alimentar ainda é um dos grandes desafios para os países em desenvolvimento, sendo parte da segunda meta dos objetivos para o desenvolvimento sustentável, firmados em 2015.

A segurança alimentar é uma grande dificuldade dos países do Terceiro Mundo, em especial da África, por conta da economia que ainda guarda traços da era colonial. Durante o neocolonialismo, as infraestruturas agrícolas já existentes na Ásia e África foram completamente voltadas para a produção de gêneros que interessavam aos países do Norte, como algodão, cacau e açúcar, o que significa que a produção de comida foi em grande parte substituída pela produção de monoculturas.

Não há dados confiáveis sobre a fome no Terceiro Mundo, anteriores a 1960; eles são apenas confiáveis no que diz respeito à produção alimentícia. No caso da África, o mais preocupante quanto à segurança alimentar é que a produção agrícola, em números absolutos, foi crescente entre 1950 e 1953, mas, quando comparada ao crescimento da população, decaiu.

Fica claro, portanto, que para que a segurança alimentar seja alcançada é necessário um plano de longo prazo, que traga benefícios para os produtores de alimento e desincentivos para a produção de *commodities* para exportação. Esse plano, entretanto, exigiria altos investimentos, já que a maior parte da renda africana vem da exportação de *commodities*. Além disso, existem ações que podem ser tomadas para aumentar a produção alimentar, como, por exemplo, a distribuição justa de terras, dando acesso a

mulheres e a pessoas de menor renda, a ampliação da disponibilidade hídrica e outras tantas ações atualmente listadas pela ONU para atingir a meta de Fome Zero.

1.1.4. Infraestrutura

A infraestrutura econômica de uma nação consiste basicamente em todos os sistemas físicos envolvidos nos processos de distribuição, produção e consumo. Dessa forma, enquadram-se como infraestrutura desde os sistemas de distribuição de energia elétrica até estradas e ferrovias. A infraestrutura é, portanto, a base de todas as atividades econômicas de um país; por isso, quanto melhor é a infraestrutura, mais eficiente é a economia. Da mesma maneira, se a infraestrutura é melhor, o desenvolvimento econômico é mais fácil de ser atingido.

Há poucos dados a respeito da infraestrutura da África e da Ásia em 1955. Sabe-se, entretanto, que a grande maioria da infraestrutura logística, como portos, rodovias e ferrovias, foi construída pelas metrópoles e, por isso, concentram-se na exportação e não no atendimento ao mercado interno ou às indústrias locais. A falta de infraestrutura para o mercado interno tem consequências nefastas sobre a distribuição de bens de primeira necessidade, dificultando a distribuição de comida e medicamentos, o que causa maior insegurança alimentar e diminui a chance do tratamento de doenças.

É importante ressaltar que, no século XXI, a realidade da infraestrutura na África e Ásia continua muito parecida com a de 1950, apenas se adaptou ao mundo contemporâneo. Se antes as metrópoles controlavam a infraestrutura da colônia, hoje são empresas europeias que administram os portos, redes elétricas, usinas, rodovias e tantas outras redes infraestruturais no Sul. Essas empresas lucram atendendo às necessidades básicas dos países africanos e asiáticos e esse lucro é convertido, por meio de impostos, em receita para países do Norte. Ou seja, apesar de o neocolonialismo ter acabado (politicamente), os países do Norte continuam lucrando sobre a infraestrutura do Sul.

A falta de controle sobre a própria infraestrutura esconde mais um revés, relacionado à soberania nacional e à questão militar. Um país que não controla seus portos e rodovias, por exemplo, teria uma dificuldade muito maior em se defender de um ataque estrangeiro ao seu território, por isso o problema da infraestrutura não é apenas socioeconômico, é também uma questão militar, de soberania e de defesa do território nacional.

Voltando ao aspecto socioeconômico, fica claro que para criar as condições básicas para o desenvolvimento, é necessário ampliar o acesso à energia elétrica, à água tratada e aumentar a malha viária. Projetos desse porte são, no entanto, muito caros para um Estado recém-formado e com poucos recursos financeiros. Na época, existiam poucas, ou nenhuma alternativa para esse tipo de financiamento que não fosse o dinheiro das grandes potências; hoje, países como os BRICS (que serão abordados adiante neste guia) apresentam uma alternativa para esse tipo de investimento.

Existem ainda outros problemas relacionados à infraestrutura dos países da África e Ásia. Para o desenvolvimento da indústria, é necessário que se produza alguns materiais no próprio país, como, por exemplo, ligas metálicas, como o aço, e alguns metais beneficiados, como o alumínio. Esses produtos, que têm indústrias como consumidores finais, são produzidos nas chamadas **indústrias de base**. Indústrias de base nacionais são importantes para a economia de um país, uma vez que sem elas, matérias-primas básicas, como cimento e aço, teriam que ser importadas, o que tornaria o preço dos produtos nacionais muito mais altos, além de perpetuar a dependência econômica.

Reconhecendo o alto custo das obras de infraestrutura, a Conferência de Bandung concordou que uma das maneiras possíveis de realizar as mudanças necessárias para alcançar o desenvolvimento é o investimento estrangeiro. Isso significa que os países presentes na Conferência entendem que empréstimos e investimentos vindos até mesmo de países do Norte podem ajudar a resolver o problema da falta de infraestrutura.

1.1.5. Cooperação Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul representa o rompimento com a dinâmica colonial, na qual uma colônia só podia manter relações econômicas com a metrópole. A cooperação entre dois países do Sul consiste na negociação entre países que, em sua maioria, já foram colônias e por isso enfrentam problemas parecidos. Essa forma de cooperação é, portanto, uma maneira de superar as dificuldades socioeconômicas sem a ajuda de um país desenvolvido do Norte, ou seja, é uma forma dos países do Sul garantirem sua independência e, ao mesmo tempo, desenvolverem-se.

Existem muitas formas de cooperação, o documento final da Conferência de Bandung, chamado em inglês de “*Final Communiqué*”, promove várias delas, entre as quais estão a

assistência tecnológica entre os países da África e da Ásia, na forma do envio de *experts*, recebimento de *trainees*, compartilhamento de protótipos e equipamentos, além da troca de *know-how* e a instalação de centros regionais de pesquisa. Outras formas de cooperação econômica que foram apoiadas pela Conferência foram o aumento do comércio entre os países dos dois continentes e a troca de informações acerca de todos os aspectos produtivos do petróleo.

É importante observar que a Conferência ainda propôs a cooperação na forma de esforços diplomáticos conjuntos para atingir alguns objetivos, como a estabilização do preço das *commodities* e a aceitação de alguns países participantes da Conferência como membros das Nações Unidas. Mesmo ultrapassando a esfera econômica, esse tipo de cooperação é de grande importância, visto que os países africanos e asiáticos sofriam com falta de representação ou a representação desigual em vários órgãos internacionais.

Outro fato que merece atenção é o desencorajamento da Conferência em relação à ideia de um bloco econômico da África e Ásia. Isso significa que os países ali presentes de fato apoiavam a cooperação, mas eram contrários a um bloco formal do Terceiro Mundo. Por mais que pareça um pouco contraditória, uma postura semelhante já foi adotada pelos BRICS, sigla em inglês referente ao grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que possuem projetos de cooperação em larga escala, mas não se consideram um bloco econômico.

A cooperação Sul-Sul pode ocorrer de outras formas, seguindo a mesma lógica de ajuda mútua entre os países do Sul, sem apoio do Norte. A Organização para Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos (OSPAA) cooperava de outra maneira: com o apoio político e econômico aos processos de independência nos dois países. Isso mostra que pode haver outras formas de cooperação Sul-Sul além das apoiadas no documento final da Conferência.

Um último ponto essencial para a compreensão da cooperação Sul-Sul dentro de Bandung é que ela não era vista como a única alternativa, ou seja, não visava pôr um fim imediato às cooperações tradicionais entre países do Norte e países do Sul, pois entendia que estas podiam ser benéficas para o desenvolvimento dos países presentes. Bandung reconhece, inclusive, que os investimentos estrangeiros do Norte nos países do Sul podem trazer vantagens a essa região, o que mostra que apesar de incentivar a cooperação Sul-Sul, a Conferência não acreditava ser esta a única alternativa viável, e muito menos obrigava os membros a cortar relações com o Norte.

4.3 Comitê Político

4.3.1. Terceiro -mundismo

O termo “Terceiro Mundo” surgiu na Guerra Fria e era utilizado para denominar países que não se alinhavam nem aos EUA (Estados Unidos da América) nem a URSS (União das Repúblicas Soviéticas Socialistas), formando o grupo chamado de “não-alinhados”. O terceiro-mundismo, partindo de tais classificações da Guerra Fria, é uma corrente de pensamentos anti-imperialistas que buscava o apoio a estes países considerados menos desenvolvidos ou a incitação das libertações nacionais contra as nações ocidentais.

O terceiro-mundismo é uma visão de não alinhamento, sendo assim, vai contra qualquer tipo de ideal imposto, que rejeita tanto o capitalismo industrial como o socialismo soviético, colocando-se contra o avanço das nações imperialistas. Tal corrente de pensamento quer mostrar a independência do Terceiro Mundo e uma coexistência pacífica entre os mundos durante a Guerra Fria. Também se relaciona a movimentos de unificação como o Pan-Africanismo, Pan-arabismo e “o socialismo africano”; de forma geral, era o Terceiro Mundo tentando obter algum destaque na situação geopolítica da época.

4.3.2 Anti-imperialismo

Muitas vezes, pode-se confundir imperialismo e colonialismo. Os dois têm diversos aspectos em comum, no entanto o imperialismo se difere pelos fatores controle e influência, em geral, nos quais o domínio é exercido não só de maneira formal, mas também informal. “Parece-me que nosso prazer e dever seria tornar livres aquelas pessoas e deixar que elas próprias resolvam sozinhas suas questões internas. E é por isso que sou anti-imperialista. Eu me recuso a aceitar que a águia crave suas garras em outras terras”. Tal frase de Mark Twain foi propulsora do ideal anti-imperialista, pensamento que, de forma geral, vai contra o imperialismo e forma as bases do terceiro-mundismo, despertando assim ideais de independência e do direito à autodeterminação a todos os povos e nações. De uma forma geral, o objetivo central é ir contra as estratégias do imperialismo, sua política de guerra, o conservadorismo hereditário dos países invasores e preservar, sempre, todas as formas a soberania nacional.

5. Conclusão da Conferência

1.1.Os 10 pontos de Bandung

“A promoção da paz e a cooperação mundial”. Com base neste princípio, foram declarados então os dez pontos da Conferência, um resumo do que tinha sido consenso entre os países presentes. Todos os princípios propostos respeitaram a carta das Nações Unidas, e dentro do encontro, figuraram ideais como a igualdade étnica e a resolução pacífica de conflitos, entre outros que foram amplamente abraçados pela ONU:

1. Respeito aos direitos fundamentais;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país
- (autodeterminação dos povos);
5. Respeito pelo direito de cada nação de se defender, individual e coletivamente;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada para servir aos interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

1.2.Tratados importantes

A Conferência de Bandung, em seu documento final, o chamado *Final Communiqué* (disponível no tópico “Sugestão de leitura”, neste guia), adotou algumas soluções para os países emergentes presentes na reunião, entre tais proposições, que buscavam cooperações mútuas, oito pontos se destacaram:

1. Cooperação econômica, especialmente entre os países afro-asiáticos, ampliada para a América Latina mais tarde;

2. Assistência técnica aos países mais necessitados, para superar seu atraso;
- 3- Formação de um fundo da ONU para o Desenvolvimento Econômico;
4. A estabilização do comércio de *commodities*, como forma de aumentar tanto o comércio bilateral, quanto multilateral;
5. Tomar ações coletivas para diversificar as exportações;
6. Comércio intra-regional e *transit trade*⁶ para evitar o monopólio dos países ricos;
- 7- Envio e desenvolvimento de linhas marítimas que incluem tarifas de frete;
- 8- Estabelecimento de bancos nacionais e regionais.

Além disto, a Conferência de Bandung serviu de inspiração para diversos outros encontros entre países emergentes, tais como a Conferência Trinacional de Havana, em 1966, citada mais adiante neste guia.

6. Os resultados da Conferência e o espírito de Bandung

Hoje, 63 anos após a Conferência de Bandung, é visível que a maioria dos países do Terceiro Mundo continuam enfrentando profundos desafios socioeconômicos, muitos deles ainda sem uma economia completamente independente da Europa e dos EUA. É verdade que a África, enfim, conquistou sua independência política (ainda que alguns resquícios do colonialismo persistam), como clamava o documento final de Bandung, mas também é igualmente verdade que a situação palestina fica cada vez mais complexa quando comparada a 1955. A Conferência de Bandung alcançou feitos importantes, mas não foi capaz de dar aos países do Terceiro Mundo condições suficientes para seu desenvolvimento.

O maior resultado da Conferência de Bandung foi muito provavelmente o chamado “espírito de Bandung”, cujos ideais são: 1) coexistência pacífica entre as nações; 2) libertação mundial da hegemonia de qualquer superpotência, do colonialismo, do imperialismo e de qualquer forma de dominação de um país sobre outro; 3) igualdade entre as nações e entre as raças; 4) construção da solidariedade pelos pobres, pelos colonizados,

⁶. *Transit trade* é a expressão inglesa para o tipo de comércio que advém do fluxo de mercadorias de um país ou região para outro.

pelos explorados, pelos fracos e por aqueles que foram enfraquecidos pela ordem mundial vigente; e 5) o desenvolvimento destes países.⁷

6.1 O espírito de Bandung em organizações da sociedade civil

A partir do espírito de Bandung, vários órgãos, conferências e parcerias se organizaram. O primeiro destes foi a **Organização de Solidariedade dos Povos Africanos e Asiáticos (OSPAA)**, uma Organização não governamental fundada a partir de uma conferência no Cairo, capital do Egito, entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958. A OSPAA foi importante para criar uma rede em favor da solidariedade dos povos africanos e asiáticos, representando a sociedade civil desses países em conferências internacionais, promovidas tanto pela própria organização quanto por outras, como as do Movimento Não Alinhado.

A OSPAA criou também comitês nacionais em mais de 90 países, que têm como objetivo promover a solidariedade aos povos afro-asiáticos de maneira local. Além disso, a organização também instituiu um fundo de apoio às independências dos países africanos e asiáticos, auxiliando assim, financeiramente, os países recém-libertos. Por isso, a OSPAA se tornou uma importante iniciativa de propagação internacional do espírito de Bandung, aproximando-o da sociedade civil, com os comitês nacionais, e colocando-o em prática com o fundo de apoio às independências.

Apesar da OSPAA ter sido apoiada pelos governos do Sul na época, é preciso, porém, fazer uma ressalva quanto à ideologia por trás dessa iniciativa. Embora o Espírito de Bandung tenha sido de fato a principal base ideológica para os movimentos de solidariedade, muitos associam estes aos socialismos chinês e soviético, já que China e União Soviética eram parte do secretariado permanente da OSPAA.

De qualquer maneira, conforme a OSPAA se desenvolvia ficava claro que era necessário expandir a solidariedade aos países da América Latina. Dessa forma, em Winneba, Gana, no ano de 1965, fica decidido que, conforme convites e pedidos anteriores feitos por Fidel Castro, uma conferência tricontinental acontecerá em Havana no ano seguinte. O grande organizador dessa conferência foi o líder da esquerda marroquina

7. Os 5 pontos do espírito de Bandung foram obtidos no *website* www.bandungspirit.org e traduzidos livremente.

Mehdi Ben Barka, que não viu seu trabalho se concretizar já que em outubro de 1965 desapareceu enquanto estava em Paris, em um episódio que até hoje não foi elucidado,

mas que levanta indícios da possibilidade de um assassinato planejado pelo governo marroquino, com apoio francês.

A **Conferência de Havana**, em 1966, tornou-se realidade e, a partir dela, foi criada a **Organização para a Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL)**. A OSPAAAL é uma organização composta pelas forças revolucionárias dos países africanos, asiáticos e latino-americanos. Nesse caso, é preciso admitir que o socialismo teve, de fato, grande influência sobre a organização, que é sediada em Havana e tem o Partido Comunista Cubano ocupando sua Secretaria Geral. À Conferência Tricontinental de Havana, Ernesto Che Guevara escreveu uma carta de apoio, que foi chamada de Mensagem à Tricontinental, na qual apoiou o surgimento de lutas revolucionárias pelo mundo, propondo a criação de “dois, três, muitos Vietnãs”, em referência à Guerra do Vietnã e à luta revolucionária de Ho Chin Minh.

A OSPAAAL apoiou as forças revolucionárias em todo o mundo, mas principalmente na América Latina, onde quebrava, com o suporte do Chile, de Salvador Allende, o bloqueio das ditaduras latino-americanas e reunia os grupos revolucionários do continente. Isso durou até 1973, quando Allende morre e uma ditadura se instalou no Chile. Após esse período, a organização continuou suas atividades publicando a Revista Tricontinental, que exibia as posturas anti-imperialistas da OSPAAAL.

As duas organizações, OSPAAAL e OSPAA, continuam existindo até hoje e, ao longo de seus anos de existência, representaram o espírito de Bandung na forma de organizações da sociedade civil, protestando contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo e mostrando-se a favor do direito de autodeterminação dos povos. Os dois casos mais importantes para essas organizações talvez tenham sido o *apartheid* sul-africano e a questão do direito ao Estado Palestino, duas questões já levantadas na Conferência de Bandung, em 1955. A OSPAAAL e a OSPAA desfrutam de *status* consultivo no ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e são membros observadores do Movimento Não Alinhado.

6.2 O espírito de Bandung nas cooperações entre Estados soberanos

Dentre os vários órgãos formados por Estados soberanos que se inspiram na Conferência de Bandung e em seu legado, três são especialmente importantes: o Movimento Não Alinhado (NAM), o Grupo dos 77 (G-77) e, por fim, os BRICS. Os dois primeiros foram fundados nos anos 1960, trazendo para as relações entre Estados a

orientação para a solidariedade entre os países de Terceiro Mundo, o que já acontecia no âmbito da sociedade civil com a OSPAA e a OSPAAAL; o terceiro, os BRICS, que nasceu no século XXI, é uma nova abordagem e uma nova esperança de implementar as ideias do espírito de Bandung.

O **Movimento Não Alinhado** surge em 1961, na Iugoslávia, na época governada por Josif Broz Tito, que mantinha um governo socialista, mesmo que com algumas tendências à abertura econômica, sem apoio ou alinhamento com relação à União Soviética. A Iugoslávia não se enquadrava, portanto, nem ao segundo mundo, que era composto por países socialistas alinhados à URSS, nem ao primeiro, que era composto de países desenvolvidos, capitalistas e alinhados aos EUA. Dessa forma, Tito se volta para os países do Terceiro Mundo, que se reuniram em 1955 na Conferência de Bandung, para criar um grupo de países com políticas comuns de não alinhamento.

Os principais líderes que se uniram a Tito foram Nehru, da Índia, Nasser, do Egito, Sukarno, da Indonésia, e Nkrumah, de Gana (antiga Costa do Ouro), que ficaram conhecidos como os fundadores do Movimento Não Alinhado. Com base nos Dez Pontos de Bandung e nos Cinco Pontos de Nehru⁸ para uma política de não alinhamento, líderes de 25 nações se reuniram em Belgrado, em 1961, no que ficou conhecida como Primeira Conferência do Movimento Não Alinhado.

O Movimento Não Alinhado cresceu e hoje conta com 120 membros e 17 observadores, representando, dessa forma, quase dois terços dos países membros da ONU e 55% da população mundial. Apesar de seu tamanho, o movimento encontrou, historicamente, dificuldades para unir seus membros em torno de políticas comuns, dada a heterogeneidade de seus membros.

5. Os cinco pontos do primeiro-ministro indiano Nehru, também conhecidos como Panch Shila, em tradução livre são: Respeito mútuo pela integridade e soberania de outras nações; não agressão; não interferência em assuntos internos [de outras nações]; igualdade e benefício mútuo [nas relações entre Índia e outras nações] e coexistência pacífica [entre as nações].

As lutas históricas do NAM estão relacionadas à aplicação dos Dez Pontos de Bandung no cenário internacional, opondo-se ao *apartheid*, apoiando o direito de autodeterminação dos povos asiáticos e africanos, defendendo uma mudança na ordem econômica mundial vigente e visando o fim da exploração econômica do Norte sobre o Sul. O movimento também pede mudanças na estrutura da ONU, em especial no Conselho de

Segurança, com o objetivo de atingir mais igualdade entre os países membros da ONU.

Com o colapso da União Soviética e o consequente fim da Guerra Fria, o Movimento Não Alinhado pareceu ter perdido sua razão de ser, já que o mundo bipolar tinha acabado. A ideologia do movimento, porém, continua válida nos dias atuais. Os princípios do não alinhamento, como a não agressão, a coexistência pacífica entre as nações e o direito à autodeterminação dos povos, bem como o ideal de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e o fim da exploração econômica, continuam sendo lutas importantes e presentes no cenário atual. Por esses motivos, o Movimento Não Alinhado continua existindo; sua última conferência ocorreu na Venezuela, em 2016.

O **Grupo dos 77**, por sua vez, é um movimento formado dentro das Nações Unidas, que teve seu início com a Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países Emergentes, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), em 1964. Na declaração, os 77 autores exigiam uma nova divisão internacional do trabalho, que tivesse como objetivo a industrialização do Sul. A partir dessa declaração, os países uniram esforços diplomáticos, com o objetivo de melhorar a posição do Sul no cenário econômico internacional.

O Grupo dos 77 continua existindo e atualmente conta com 134 membros, sendo o maior grupo dentro da ONU. O grupo se reúne em todo início de Assembleia Geral das Nações Unidas e continua seguindo os ideais da declaração conjunta, bem como os firmados na primeira reunião do grupo, o chamado Charter of Algeria, de 1967, que também sofreu forte influência do espírito de Bandung.

O grupo mais atual a seguir o espírito de Bandung são os **BRICS**, cooperação formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (cujas iniciais formam o acrônimo em inglês). Esses países representam, sozinhos, 42% da população mundial, 20% da produção mundial, e sua contribuição para o crescimento global foi de 50% nos anos após a crise de 2008.

A ideia dos BRICS surgiu a partir de um estudo da agência Goldman Sachs que afirmou que os quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China, iriam se tornar os protagonistas da economia mundial, com os maiores PIBs do mundo em alguns anos. O estudo foi divulgado em 2003, mas os BRICS só se reuniram pela primeira vez de forma oficial na Rússia, em 2009, estabelecendo um plano de cooperação entre os 4 países. Em 2011, a África do Sul passou a integrar o grupo, que ganhou o "S" final do acrônimo. A entrada do país significou a extensão da cooperação para a África e aumentou as possibilidades de negociações com países africanos.

Os BRICS realizam uma série de projetos de cooperação interna, isto é, entre os países do grupo. Dentre eles estão projetos de intercâmbio tecnológico e pesquisas científicas conjuntas. O grupo também realiza projetos de investimentos em outros países em desenvolvimento, em especial na África. A partir da quinta cúpula dos BRICS, em 2013, o investimento em infraestrutura na África passou a ser uma das prioridades do grupo. Com essa possibilidade de investimento, o tópico 4.1.4 deste guia, relativo à infraestrutura dos países da África e Ásia, pode ser resolvido de uma nova forma: por meio de uma cooperação Sul-Sul, os BRICS.

O maior projeto dos BRICS foi o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), um banco sediado em Xangai que tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. De acordo com o projeto, o banco contará com 50 bilhões de dólares de fundo inicial, e todo o dinheiro do banco poderá ser convertido na moeda de qualquer um dos cinco países. Caso se torne completamente operante, o banco será um dos maiores projetos de cooperação Sul-Sul já feitos.

O NBD significa, acima de tudo, uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, órgãos criados no tratado de Bretton Woods, que estabeleceu o dólar como moeda lastro de todas as outras e, portanto, moeda a ser usada nas transações comerciais internacionais. Logo, o NBD é uma ação que busca diminuir a influência dos EUA no cenário econômico mundial e, ao mesmo tempo, colocar países do Sul como centrais no processo de financiamento do seu próprio desenvolvimento. Ainda é cedo, entretanto, para ter certeza quanto ao sucesso dos planos dos BRICS, a desaceleração das economias emergentes em 2014 e a atual crise econômica do Brasil podem ser entraves para o plano do grupo. De qualquer forma, a proposta dos BRICS dá novas forças ao espírito de Bandung e o traz para o século XXI.

7. Posicionamentos dos países dentro da Conferência de Bandung

1.1. Países Organizadores

Birmânia

Atualmente denominada Myanmar (nome alterado pela junta militar, mas ainda chamado de Birmânia por alguns países), foi mais uma colônia do Reino Unido,

conseguindo com sucesso sua independência em 1948. Um país com uma vida política abalada, diversas tentativas de separação de regiões internas e, em meados de 1962, um golpe que daria o poder aos militares. Mesmo anos após sua independência, manteve relações com os EUA.

Ceilão

Sri Lanka (ou Ceilão, como foi denominada a partir de 1972), teve sua independência a partir de 1948 com tratados feitos com o Reino Unido (mas os ingleses mantiveram bases no país). Esteve na Conferência pregando a neutralidade (entre comunismo e anticomunismo) e buscou uma maior adesão da África e da Ásia ao Conselho de Segurança, além de procurar resolver todos atritos entre os países presentes para que, assim, pudesse se concentrar nas necessidades de desenvolvimento e no enfrentamento da pobreza nos países subdesenvolvidos.

Índia

Após anos sob domínio britânico, a Índia era, em 1955, um dos principais líderes da luta anticolonial na Ásia, sendo assim um dos países organizadores da Conferência de Bandung. O primeiro-ministro indiano, Nehru, adotou uma política de união dos países de Terceiro Mundo, uma vez que temia uma nova invasão imperialista, fosse ela por parte da Europa, fosse ela por parte dos EUA. Foi por conta desse ideal que o primeiro-ministro decidiu convidar a China para participar da Conferência. Na Conferência, esse ideal foi reforçado, com Nehru defendendo uma posição de não alinhamento em relação a nenhum dos dois blocos e a união do Terceiro Mundo em torno de causas de interesse comum, como o anti-imperialismo e a luta contra o racismo. Nehru, seis anos depois, viria a ser um dos fundadores do Movimento Não Alinhado, seguindo os ideais propostos na Conferência de Bandung.

Indonésia

Em 1955, a Indonésia era governada pelo presidente Sukarno, um dos grandes líderes da luta pela independência do país em relação à Holanda. O principal ideal defendido pelo país foi a consciência cultural dos indonésios e dos povos asiáticos, que foi um dos principais motivos para que a Indonésia apoiasse e sediasse a Conferência de Bandung. Ao mesmo tempo, a Conferência foi uma forma de o governo da Indonésia ganhar prestígio perante a comunidade internacional e costurar alianças com países asiáticos próximos, como China e Índia.

Paquistão

O Paquistão, como um dos organizadores da Conferência, mostrava-se como um dos mais fortes apoiadores das causas anti-imperialistas. Durante os debates buscava reforçar a necessidade de apoio mútuo entre países recém-independentes e aqueles que ainda colonizados, tanto de forma política quanto econômica. Trouxe para a reunião pautas relativas a representatividade do Terceiro Mundo na ONU e sua participação no Conselho de Segurança. Durante o governo de Malik Ghulam Muhammad, vigente na época da Conferência, o país, apesar de relativa paz, vivia sob o rígido controle da Lei Marcial, postura criticada até os dias de hoje por historiadores paquistaneses.

7.2. Países Convidados

Afeganistão

O Afeganistão passava, em 1955, por uma década de ocidentalização de sua cultura e sua política, absorvendo conceitos do liberalismo ao mesmo tempo que tentava respeitar suas bases islâmicas e conservadoras. Foi à Bandung em busca de alianças econômicas que lhe permitissem melhor desenvolvimento, além de apoiar o ideal de não alinhamento reforçado durante a Conferência. Apesar de manter-se neutro durante toda Guerra Fria, recebeu recursos de ambos os lados, por meio de armas e tecnologia soviéticas e auxílio financeiro dos EUA. Durante o mandato de Mohammed Daoud Khan, primeiro-ministro da época, o país vivia em relativa paz, com a modernização de sua capital e poucos conflitos externos.

Arábia Saudita

Com sua independência assinada pelo Reino Unido em 1927, ainda reconhecido como Reino de Abdul Aziz, o país veio a ser oficialmente conhecido como Arábia Saudita somente após diversas unificações de territórios, sendo oficialmente nomeada em 1932 e sofrendo grandes transformações a partir de 1938, após o descobrimento do petróleo. É conhecido como o maior país árabe da Ásia, faz fronteira com Jordânia e Iraque, além de conter uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo, sendo uma poderosa economia mundial. Sendo assim a segunda maior reserva de petróleo e uma monarquia absoluta teocrática sua economia pende ao capitalismo, além de ser um dos pertencentes

originários da Liga Árabe.

Camboja

A Conferência de Bandung representava para o Camboja uma chance de garantir sua independência e de colocar em prática os princípios básicos de sua política externa. O país defendeu os Cinco Pontos para a coexistência pacífica propostos por Nehru e expressou durante a Conferência seu descontentamento com o fato de várias das nações da Ásia e da África ainda não serem países membros das Nações Unidas.

China (República Popular)

A República Popular da China foi criada em 1949, quando Mao Tsé-Tung liderou uma revolução que levou o país ao socialismo. A partir desse momento, o país se aliou à URSS e compôs o bloco socialista. Apesar dos países da Conferência serem em sua maioria contrários ao socialismo, o primeiro-ministro indiano decidiu convidar a China Popular, pois acreditava que a união asiática contra o imperialismo era mais importante que as divergências entre os membros.

O líder da delegação chinesa foi Zhou Enlai, primeiro-ministro e Ministro das Relações Exteriores chinês. Enlai optou por uma estratégia oposta ao que era esperado. Em vez de tentar impor o socialismo aos outros países da Conferência, o primeiro ministro decidiu se mostrar como um aliado dos países asiáticos e africanos, independentemente do sistema econômico vigente no país.

A escolha foi motivada pelo desejo chinês de costurar cada vez mais alianças para garantir o sucesso da revolução; para isso, o país se solidarizou com as causas apresentadas na Conferência e se mostrou tolerante quanto à ligação entre Estado e religião que alguns países asiáticos mantinham. Ao fim da Conferência, a China conquistou a confiança de vários dos chefes de Estado lá presentes e, como consequência, foi convidada a integrar órgãos como o OSPAA.

Costa do Ouro (Gana)

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial e o início da descolonização pelo mundo, a nação da Costa do Ouro (atual Gana) iniciou pedidos a uma maior autonomia em seu território, e com este objetivo foi à Conferência, mesmo atuando basicamente como observadores pois não tinham sua total independência do Reino Unido, mas estavam

dispostos a levar sua discussão de maneira respeitosa e trazer auxílio às independências da África Ocidental.

Egito

Em 1955, o Egito era governado por Gamal Abdel Nasser, um líder nacionalista, que advogava pelo pan-arabismo e apoiava o movimento terceiro-mundista. Nasser era, na época, o principal líder do mundo árabe e durante a Conferência de Bandung e se opôs fortemente à criação do Estado de Israel e à política da própria ONU em relação aos países de Terceiro Mundo, pedindo a entrada de vários Estados recém-libertos à organização. Nasser liderou os esforços de união do Terceiro Mundo durante e após a Conferência, quando sediou a OSPAA e sua primeira reunião. Foi também um dos criadores do Movimento Não Alinhado.

Etiópia

A Etiópia é uma das mais antigas nações africanas, sendo uma das únicas a manter-se independente após a Conferência de Berlim, que dividiu os países africanos entre as potências europeias. Dessa forma, foi um dos poucos países que não necessitava da afirmação de sua independência durante Bandung. Na Conferência, buscou apoiar a luta anticolonialista com foco na liberdade religiosa e no fim do preconceito racial. Em 1955, apresentava-se como uma monarquia governada pelo imperador Haile Selassie I (que viria a inspirar o movimento rastafári) e buscava a modernização política e econômica do país.

Federação da Rodésia e Niassalândia ou Federação Centro-Africana

O país foi convidado pelos cinco organizadores, mas recusou o convite, por esse motivo não será abordado neste guia.

Filipinas

As Filipinas, entre 1945 e 1955, tornaram-se grandes aliadas dos EUA, chegando a assinar acordos de não agressão e garantir ao governo estadunidense o direito de possuir duas bases militares ativas no território filipino. Essas parcerias tornaram a postura do país na Conferência de Bandung um tanto dúbia, já que deveriam, em nome dos EUA, defender a posição do Ocidente e, ao mesmo tempo, assumir uma postura anti-imperialista para que

sua posição não fosse rechaçada pelos outros países presentes, uma vez que o tema central da Conferência era o anti-imperialismo. O país adotou ideais contrários ao racismo e ao colonialismo, mas ainda assim de forma branda, uma vez que defendia que o Terceiro Mundo tivesse cuidado para que o desejo por independência e soberania não se convertesse em uma ideologia muito radical.

lêmen

O país tornou-se independente do império Otomano em 1918, ainda que parte de seu território estivesse sob tutela britânica. O Iêmen foi à Conferência como um país neutro, que mantinha, ao mesmo tempo, fortes relações com os países da Liga Árabe e com os EUA. Apoiou, portanto, os ideais das nações árabes, como o apoio ao povo palestino, mas sem romper suas ligações com o Norte.

Irã

Em 1953, o Irã passou por um golpe de estado, orquestrado pelos EUA e pela Grã-Bretanha, que derrubou seu primeiro-ministro, eleito democraticamente, e transformou a monarquia constitucional de Mohammad Reza Pahlavi em um regime autoritário. Esse golpe, motivado pela luta pelo controle do petróleo em solo iraniano, que havia sido estatizado pelo Parlamento, levou o país a uma aproximação com os EUA, o que o afastou do Movimento Não Alinhado. Apesar disso, participou da Conferência com o objetivo de lutar por autodeterminação e adquirir aliados político-econômicos, devido à união instável com os norte-americanos.

Iraque

Apresentou-se na Conferência de Bandung como totalmente contrário às ações imperialistas no Norte da África e no Oriente Médio. Buscava também apoio contra a formação do Estado de Israel, que classificava como uma formação racista e discriminatória, que havia expulsado milhões de árabes palestinos de seus territórios. Opunha-se fortemente ao comunismo e via a Conferência como uma forma dos recém-formados países africanos e asiáticos buscarem uma alternativa a esse regime.

Em 1955, era governado por uma monarquia apoiada pela Inglaterra, que buscava a internacionalização como forma de desenvolvimento econômico.

Japão

O Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, havia invadido e dominado vários dos países asiáticos, grande parte dos quais estavam presentes na Conferência. Tendo percebido as atrocidades cometidas durante esse período, o Japão agora, buscando se redimir, adotou uma postura neutra e pacífica. Durante a Conferência, propôs ajudar os países da Ásia e da África, principalmente no que se referia à tecnologia, uma vez que era o país mais industrializado presente na Conferência. Entretanto, é preciso lembrar que o Japão continuava sendo aliado dos EUA e por isso apresentava posições pró-ocidentais, que por vezes colidiam com os ideais da Conferência.

Jordânia

Após anos sob o domínio Otomano, a Jordânia viu um processo de crescimento do nacionalismo árabe e, logo, a eclosão de revoltas com o auxílio da França e do Reino Unido (pertencente aos aliados). No entanto, não teve sucesso em seu reconhecimento como um estado autônomo e tornou-se um “protetorado britânico” e, mais tarde, um Estado sob mandato britânico até 1946, quando conseguiu sua real independência. Teve diversos atritos com alguns países árabes, que pediram até sua expulsão da Liga Árabe. Buscava, na reunião, uma compreensão mútua entre os participantes, o repúdio às agressões de Israel na Palestina e ao fracasso dos apelos dos árabes às Nações Unidas, além de ressaltar a injustiça e a opressão infringidas pela França na África.

Laos

Em 1955, Laos ainda sofria com as consequências da Primeira Guerra da Indochina e o conflito no Vietnã. Encontrava-se em meio a uma guerra civil, travada entre o Partido Comunista Laosiano e o Governo monárquico do país, altamente impulsionada pela disputa travada entre EUA e URSS na Guerra Fria. Durante a Conferência, portanto, buscava a paz e a conciliação entre os presentes, pois acreditava que somente assim o crescimento econômico e a estabilidade política poderiam ser atingidos.

Líbano

Após a Primeira Guerra Mundial, o Líbano se viu sob ordens da França, garantindo sua independência em 1943, com a retirada das tropas francesas apenas em 1946. Prezavam na Conferência pela paz, respeito e tolerância. Para o Líbano, apenas três coisas

iam contra a paz mundial: o fanatismo, o nacionalismo extremo e o ódio a estrangeiros. Viam a Palestina como principal problema a ser reparado, uma vez que consideravam o conflito como uma demonstração de ódio aos árabes.

Libéria

Um país originado do racismo nos EUA, considerado o primeiro país da África a se tornar independente, garantiu tal título em 1847. Com uma ligação histórica com os EUA, viram-se obrigados a fazer acordos com esse país para garantir uma vida melhor a seus habitantes. Procuravam, com a reunião, construir um novo futuro para África e Ásia, sem preconceito e com esperança de paz mundial.

Líbia

A Líbia defendeu, ao longo da Conferência, a independência dos países que ainda se encontravam sobre o domínio colonial, em especial o Norte da África. A delegação ainda apontou a interferência ideológica estrangeira como o principal risco para a soberania das nações dos dois continentes. Como grande parte dos países árabes, a Líbia condenou as ações da ONU na Palestina, clamando pela condenação das ações dos judeus contra o povo árabe da região.

Nepal

Em sua participação na Conferência, a delegação do Nepal apoiou os ideais da democracia, os princípios da Carta das Nações Unidas e os Cinco Pontos de Nehru. Concomitantemente, o país defende a ideia de que as nações deveriam proteger e consolidar suas recém-conquistadas independências, mas repudia a ideia de formação de um bloco do Terceiro Mundo, ou seja, acredita que os países dos dois continentes devam cooperar, porém de forma livre e não institucionalizada.

Síria

A Síria, em 1955, era um país recém-formado, grande aliado egípcio e propagador das ideias pan-arabistas de união dos povos árabes. Mostrava-se na Conferência como crítico duro à formação do Estado de Israel, assim como à intervenção externa nos assuntos do Oriente Médio e ao neocolonialismo. Passava por um período de paz, após as lutas por independência contra a França, além de aproximar-se cada vez mais, após a conquista de sua liberdade, dos ideais socialistas amplamente difundidos na época.

Sudão

Sendo submetido ao domínio britânico, o Sudão só conseguiu sua completa independência em 1956, tendo uma autonomia parcial em 1953. Sendo assim, adentrava a reunião com um objetivo de fazer parcerias e procurar nações que tinham problemas semelhantes para uma grande cooperação econômica, política e cultural. Viam a reunião como o primeiro exercício de soberania do país.

Tailândia

A Tailândia não sofreu com uma colonização direta, como grande parte dos países presentes na Conferência. O país sofreu danos relativamente pequenos (quando comparados aos sofridos por outros países do continente) com a influência ocidental, sofrendo perdas territoriais para os franceses e os ingleses. Aliaram-se ao Japão na Segunda Guerra Mundial, anunciando guerra contra o Reino Unido e os EUA e, após o fim da guerra, mesmo com os atritos com os EUA, ambos se tornaram fortes aliados. A aliança com os EUA foi refletida em sua participação na Conferência, uma vez que a Tailândia apresentou vários posicionamentos a favor dos ideais do bloco capitalista, afastando-se, portanto, dos ideais do não alinhamento.

Turquia

A Turquia, ao longo dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, adotou uma aliança muito clara com os EUA, que teve como um dos principais símbolos sua entrada na OTAN (bloco militar formado pelos países capitalistas pró-EUA), em 1952. Sua participação na Conferência foi estimulada pelos EUA como forma de manter um aliado dentro de uma conferência cuja ideologia vigente seria provavelmente contra o Ocidente. Nesse sentido, a Turquia fez discursos contra o comunismo e não apoiou as ideias de união não alinhada do Terceiro Mundo. Em muitos pontos que eram consenso entre os delegados, a Turquia precisou ceder em seu posicionamento a favor do Primeiro Mundo para que não fosse rechaçada pelos outros países presentes.

Vietnã do Sul

O Vietnã do Sul, como explicitado no tópico “A Primeira Guerra da Indochina e a

separação do Vietnã”, vivia uma guerra civil durante o período da Conferência e encontrava-se em um momento de instabilidade. Entretanto, mostrava-se como grande apoiador das pautas da reunião, incentivando as lutas por independência em todo o mundo, ao mesmo tempo que se opunha fortemente ao comunismo e ao seu vizinho do Norte, o qual considerava um regime antidemocrático. O país era governado na época por Ngo Dinh Diem, o primeiro presidente pós-separação, fervorosamente cristão e anticomunista.

Vietnã do Norte

O Vietnã do Norte, assim como seu vizinho sulista, vivia uma guerra civil e um processo de separação durante a Conferência. Apesar de viver sob um regime comunista, buscava durante os debates a neutralidade, inclusive apoiando o não-alinhamento dos países ali presentes. Possuía como líder o estadista Ho Chi Minh, importante figura na guerra de separação e até hoje lembrado com grande apreço pelos vietnamitas, como o “pai da revolução”.

8. Sugestões de leitura

A formação do Terceiro Mundo, Landislau Dowbor. Disponível em:
<http://dowbor.org/2000/09/ladislau-dowbor-formacao-do-terceiro-mundo-1995.html/>

De Bandung a Havana, Albert-Paul Lentin

Sobre o Espírito de Bandung:

<http://www.bandungspirit.org/>

Sobre a Conferência de Bandung: <http://www.aapsorg.org/en/statements/791-vision-of-bandung.html>

<http://asianafrikanmuseum.org/en/sejarah-konferensi-asia-afrika/>

O documento final (Final Communiqué) da Conferência de Bandung:

http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf

Documento sobre as diferentes correntes do Pan-Africanismo:

<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88952/91815>

Vídeo explicativo sobre o que foi a Conferência (lançado pelo governo Indonésio na comemoração de 60 anos da reunião):

https://www.youtube.com/watch?v=EbyLlrw_Pmg

9. Referências

<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88952/91815>

http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/searchable_archive/1954_WESS_Africa.pdf

http://www.fao.org/docrep/016/ap6_38e/ap638e.pdf

<https://www.pambazuka.org/food-health/cash-crop-colonialism-and-attack-african-agriculture>

https://www.academia.edu/1834380/Plantations_Economies_societies_and_environments_1850-1950?auto=download

http://www.fao.org/docrep/016/ap6_40e/ap640e.pdf

<http://blogs.worldbank.org/latinamerica/pt/cooperacao-sul-sul-turismo-desenvolvimento-ou-resultados-reais>

<http://web.isanet.org/Web/Conferences/AP%20Hong%20Kong%202016/Archive/64185d87-7a01-44f1-acbc-1566b192398f.pdf>

http://operamundi.uol.com.br/diario_gosdosul/de-bandung-aos-brics-dois-estilos-

[um-objetivo/19062015/](#)

http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/laying_new_foundations.pdf

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275124-1>

http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/essor_asiatique_apres_lere_de_bandung.pdf

<https://www.investopedia.com/terms/i/infrastructure.asp>

<http://pt.granma.cu/cuba/2016-01-21/ospaaal-meio-seculo-procurando-a-integracao-a-partir-do-sul>

<https://revista.ufr.br/examapaku/article/viewFile/3108/1785>

<http://www.aapsorg.org/en/38-home/246-welcome-to-aapso.html>

<http://www.aapsorg.org/en/aboutus/arconstitution.html>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100016

http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=192090

<http://www.dw.com/pt-br/1961-acaba-a-primeira-confer%C3%Aancia-dos-pa%C3%ADses-n%C3%A3o-alinhados/a-319303>

<http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?20349/History+and+Evolution+of+NonAligned+Movement>

<http://www.g77.org/doc/algier~1.htm>

<http://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>

<http://www.g77.org/doc/> <http://br.china-embassy.org/por/ztl/JZGJ/t1025329.htm>

<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/taiwan-uma-nacao-ou-uma-provincia-chinesa.htm>

<https://www.britannica.com/place/India/The-transfer-of-power-and-the-birth-of-two-countries#ref980127>

<http://www.icwa.org/wp-content/uploads/2015/09/BRC-29.pdf>

<https://www.britannica.com/biography/Sukarno>

https://www.cvce.eu/content/publication/2015/10/20/831656d3-62e4-4978-a44f-c043c8fb9011/publishable_en.pdf <http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.1>

[5_MariaCeupinto_pan_arabismo.pdf](#)

